



Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezassete horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 148/2022, sob o registo n.º 1.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

### Ordem de Trabalhos

- 1. Deliberação n.º 3929/2022 – Proposta n.º 38/2022 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores desta Autarquia**
- 2. Deliberação n.º 3930/2022 – Proposta n.º 39/2022 – GAP – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho - 2023-2025**
- 3. Deliberação n.º 3931/2022 – Proposta n.º 40/2022 – GAP – Protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado – 2023**
- 4. Deliberação n.º 3932/2022 – Proposta n.º 41/2022 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**
- 5. Deliberação n.º 3933/2022 – Proposta n.º 42/2022 – GAP – Mapas de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**
- 6. Deliberação n.º 3934/2022 – Proposta n.º 43/2022 – GAP – Tarifário de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos no Concelho de Setúbal para 2023**
- 7. Deliberação n.º 3935/2022 – Proposta n.º 2811/2022 – DAF/DICOR – Derrama**
- 8. Deliberação n.º 3936/2022 – Proposta n.º 2812/2022 – DAF/DICOR - Orçamento e grandes opções do plano para 2023 e seguintes**
- 9. Deliberação n.º 3937/2022 – Proposta n.º 845/2022 – DURB - Emissão de certidão com parecer favorável de constituição de propriedade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual – Ratificação do ato**

**Sr. Presidente** – Solicitou aos serviços que distribuíssem o documento do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, referente à decisão sobre a garantia bancária da empresa Águas do Sado.

Disse que aquela reunião era extraordinária, pelo que não tinha Período de Antes da Ordem do Dia, no entanto, solicitou aos vereadores para que invocasse o falecimento de dois cidadãos, que tiveram ligação muito forte a Câmara Municipal e à cidade. Enviando os sentidos pêsames aos familiares e numa futura reunião de câmara tratariam do assunto como seria habitual, referindo-se ao senhor Vítor Zacarias e ao senhor Manuel Arrábida, Subchefe da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Sugeriu que se fizesse um minuto de silêncio, apesar da circunstância extraordinária, o mesmo seria legítimo.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a sua bancada concordava com a sugestão apresentada pelo senhor Vereador Vítor Ferreira.

**Sr. Presidente** – Referiu, uma vez que se tratava daqueles dois cidadãos e porque a próxima reunião só se realizaria no dia 7 dezembro e estando todos de acordo, iriam fazer um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

**1. Deliberação n.º 3929/2022 – Proposta n.º 38/2022 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores desta Autarquia**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 3, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**2. Deliberação n.º 3930/2022 – Proposta n.º 39/2022 – GAP – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho - 2023-2025**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 a 6.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que ficou com uma dúvida relativamente à questão dos contratos inter administrativos, no que dizia respeito à União de Freguesias, porque lhe parecia que o limite geográfico que constava não incluía a parte do centro da cidade.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que o contrato incluía toda a área da freguesia, no entanto, em anos anteriores aquilo não aconteceu, mas foi avaliada a importância de alargar aquela competência em todas as áreas à União das Freguesias, que ficaria com a responsabilidade das áreas que lhes seriam transferidas e que estariam na responsabilidade da Administração Portuária, designadamente o jardim da Beira-Mar, significava que seria toda a área da freguesia. Em áreas com grandes espaços verdes não passavam para as freguesias, ficando na gestão da Câmara Municipal, porque seria possível destacar equipas dedicadas àqueles parques, uma vez que a Câmara Municipal tinha equipas e capacidade para acompanhar as necessidades da manutenção e da conservação dos

respetivos jardins. Todos os outros espaços verdes passavam para as juntas de freguesia. Aquela seria uma diferença significativa comparativamente com a situação anterior.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 3931/2022 – Proposta n.º 40/2022 – GAP – Protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado – 2023**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 7 a 9.

**Sr. Presidente** – Disse que deveria ser feita uma alteração na proposta no que se referia ao protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão. Na cláusula 1.ª do protocolo, onde se lia “*situada em Brejos de Clérigos*” deveria ler-se “*situada em Brejos de Azeitão*”. Justificou o lapso, uma vez que no passado a delegação se situava em Brejos de Clérigos e terá ficado sempre no protocolo, pelo que se deveria atualizar.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que ia colocar uma questão formal, que não estava relacionada com o conteúdo, com o qual tinha a concordância do PSD. As questões formais eram importantes e delimitavam muito aquilo que seria a passagem do tempo e dos novos tempos. Disse ter à sua frente a parte final daquele protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e as duas Juntas de Freguesia, sendo que em ambas referiam o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal André Valente Martins e a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, a anteceder o nome de cada um existia “Dr.” e “Dra.”, o Dr. André Valente Martins e a Dra. Marlene Sofia Baião Caetano. Informou o senhor Presidente que já não estariam nos tempos de se arrogarem em serem doutores ou não doutores. No seu caso era tratado por senhor Fernando, pelo que apelou para que em termos burocráticos e administrativos deixasse de constar os “Dr.” e “Dra.” a anteceder o nome de cada um dos intervenientes, naqueles ou em futuros contratos.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que aqueles processos eram desenvolvidos pelos serviços. No entanto, admitia que as coisas deveriam ser exatamente como o senhor Vereador referiu, uma vez que já tinham adotado no seu gabinete, assim como já tinha sido adotado por alguns serviços, apenas a colocação do seu nome por extenso “André Valente Martins”. Apesar de continuar a existir quem utilizasse aquelas formas e não tinha nada contra, no entanto, poderiam constatar que já existiam vários documentos em que aparecia na designação somente o seu nome.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que seria só uma questão de uniformizar, porque os restantes documentos não estariam com aquela formatação.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador tinha chamado a atenção, pelo que seria mais uma nota que ficaria para aqueles que estivessem a ouvir, a ver ou tivesse oportunidade de ler as atas, pudessem considerar que tinha sido feita aquele tipo de consideração em reunião de câmara.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **4. Deliberação n.º 3932/2022 – Proposta n.º 41/2022 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 e 11.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Informou o senhor Presidente que a Ordem de Trabalhos estaria subvertida, porque iriam votar um orçamento que contemplava despesa, mas também contemplava receita, antes de ter sido aprovado o tarifário de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos no concelho de Setúbal para 2023, que iria originar a mesma receita, que só seria analisado após a aprovação de duas propostas.

Disse que, na reunião do passado dia 16, tinha sido aprovado o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para os últimos 14 dias do ano de 2022. Tendo em conta que o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento para 2023 era-lhes apresentado decorridas apenas duas semanas, seria de esperar que o Plano Plurianual de 2023 fosse o mesmo que constava da proposta que tinha sido aprovado no passado dia 16. Para além daquilo que seria o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento previsto para 2022, tinha também já a expectativa daquilo que seriam, como qualquer Plano Plurianual de Investimento, previstos para os anos seguintes, começando naturalmente por 2023. Aquele Plano Plurianual de Investimento que lhes tinha sido apresentado seria de 8,3%, superior ao previsto há apenas duas semanas, pelo que seriam mais de 337 mil e 600 euros. Importava perceber o que mudou. Começaram por ver que foi antecipada de 2024 para 2023, a aquisição de uma viatura para lavagem de contentores de 800 litros, daí a intenção de antecipar aquele investimento, o qual acompanhavam. Para equipamento administrativo tinham mais 20 mil euros, 15 mil euros para equipamento informático e telecomunicações, 50 mil euros para software informático, 30 mil euros para conservação e reparação do edifício sede, mais 10 mil euros para aquisição de ferramentas e utensílios e 10 mil euros para outros investimentos. Tudo aquilo referia-se apenas às alterações feitas no que correspondia ao ano de 2023, aquele que mais próximo estaria do orçamento que tinha sido aprovado há duas semanas, porque no PPI para os anos seguintes também se registavam alterações que iriam muito para além da simples antecipação de investimentos, tal como registaram com a viatura para lavagem de contentores.

Disse saberem que o conselho de administração dos Serviços Municipalizados desempenhava funções em “*part-time*”, no entanto, teria de existir o mínimo de coerência entre documentos, quando tinham apenas uma diferença de duas semanas entre a apresentação daqueles documentos. Chamar-lhe-ia os mínimos olímpicos, para que se pudesse manter um nível de confiança aceitável nos documentos que o conselho de administração lhes apresentava.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que certamente todos tinham consciência de que estavam num processo de transferência das responsabilidades da concessionária Águas do Sado para os Serviços Municipalizados, que os mesmos se estariam a instalar e que por essa razão a avaliação da situação iria tomando melhor forma com todo aquele processo de implementação.

Solicitou ao senhor Vereador Carlos Rabaçal que informasse melhor sobre a situação.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que estariam a falar de dois documentos, sendo que o documento plurianual de 2022 seria um e aquele seria outro. Estavam perante dois documentos diferentes.

No processo que estava em curso, tal como referiu o senhor Presidente, no essencial seriam despesas correntes, sendo questões que iriam surgindo como necessárias para que pudessem ser resolvidas. Havia matérias que pensaram ser resolvidas ainda do lado da

Câmara e que já tinha havido condições de serem resolvidas do lado dos Serviços Municipalizados. Era natural que no orçamento dos Serviços Municipalizados teriam de fazer as alterações para acomodar a cessação de vários contratos que a Câmara iniciou, mas iriam ser assumidos pelos Serviços Municipalizados. Tratava-se de um orçamento de transição que iria ter algum movimento, não seria propriamente um orçamento que fosse completamente estabilizado, estariam sempre a surgir coisas novas que tinham de integrar e acomodar. Acomodaram naquela fase do orçamento aquilo que foi possível acomodar. Se aquele orçamento fosse aprovado ao fim de dois meses, iria ter obrigatoriamente outro tipo de alterações, tendo em conta a evolução do processo de transição.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse compreenderem os argumentos utilizados pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal. No entanto, não estariam a falar de dois meses de diferença, mas de duas semanas. Sabiam que em duas semanas o custo das matérias-primas tinha aumentado, no entanto, em duas semanas aumentaram em 30 mil euros no custo de conservação e reparação do edifício sede, significaria que estaria mal orçamentado ou seria melhor não aprofundarem aquele tema.

Disse terem vários itens que vinham com reforços e percebiam que ao longo do ano, provavelmente iriam ter alguns ajustes que seria perfeitamente natural, o que não seria particularmente natural seriam as alterações significativas com uma diferença de duas semanas. O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento, que tinha sido aprovado no dia 16, seria inferior em 8,3% àquilo que estariam a analisar olhando especificamente para o ano de 2023, esquecendo todos os outros ajustes.

Entendendo os argumentos e as “dores de crescimento” que terão de lidar com a reativação dos Serviços Municipalizados, assim como toda a logística e custos que isso envolvia, ou o que foi aprovado no dia 16 estaria sub-orçamentado ou o que analisam teria ajustes que derivavam de um ajustamento no valor da receita, para que a receita e a despesa estivessem equilibradas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que foram acomodados os custos do edifício sede, que tinham inicialmente ficado do lado da Câmara, mas houve condições para passar para o lado dos Serviços Municipalizados, provocando aquela alteração. Caso aprovassem mais tarde, provavelmente algumas das despesas que estavam na Câmara também teriam sido acomodadas, no entanto, não houve tempo de acomodar. Tratava-se de um processo que estaria em curso e seria natural que houvesse algumas flutuações, não lhe parecia que fosse nada de especial. No caso do edifício sede, seria uma despesa concreta que estaria prevista ficar num lado e teria passado para o outro lado, que seria mais verdadeiro em relação ao que estaria a acontecer, do que manter o que existia.

O anterior orçamento era um orçamento fechado e fixo para o ano de 2022, uma previsão para 2023, 2024, 2025 e 2026. Aquele seria um orçamento mais claro para 2023, podendo ter alterações mais adiante, seguramente, e seria uma previsão para 2024, 2025 e 2026. As previsões seriam previsões e teriam de ser ajustadas à realidade.

**Sr. Presidente** – Disse que, como o processo já estava em andamento e havia muito trabalho por parte daqueles que tinham de instalar o serviço, aquelas mudanças eram compreensíveis. Além disso, como o Vereador Carlos Rabaçal mencionou, dentro de alguns meses provavelmente seria preciso rever o Orçamento, pois surgiriam novas necessidades. Não seria uma experiência que tivesse existido no passado, uma vez que foram muitos anos sem terem aquela responsabilidade, pelo que seria necessário assumi-la, com os meios tecnológicos e as condições de trabalho que se exigia na atualidade.

Disse que o senhor Vereador Joel Marques fez uma referência que fazia todo o sentido, pelo que propôs que apreciassem a deliberação n.º 3933/2022, seguida da deliberação n.º 3934/2022 e posteriormente votariam a deliberação n.º 3932/2022.

De imediato colocou a apreciação a deliberação n.º 3933/2022, referente ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

### **5. Deliberação n.º 3933/2022 – Proposta n.º 42/2022 – GAP – Mapas de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**

O Sr. Presidente solicitou ao senhor Vereador Carlos Rabaçal que apresentasse a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 12 e 13.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou que o mapa de pessoal seria muito diferente do mapa de pessoal de 2022. Enquanto o mapa de pessoal de 2002 tinha o número exato dos trabalhadores que iriam integrar os Serviços Municipalizados, quer os que vinham da “Águas do Sado”, quer os que transitavam do Município para os Serviços Municipalizados.

Aquele mapa de pessoal tinha uma característica diferente do outro, como iriam abrir concurso para a integração de todos os trabalhadores da “Águas do Sado”, o mapa teria de acomodar as vagas necessárias para a abertura dos respetivos concursos, pelo que haveria um crescimento muito grande do número de trabalhadores envolvidos.

Eram cerca de 67 trabalhadores que vinham da “Águas do Sado”, mais 119 trabalhadores dos resíduos urbanos, no total perfazia 186 trabalhadores, posteriormente teriam de voltar a somar 67, que seriam as novas vagas para os novos concursos dos trabalhadores que vinham da “Águas do Sado”, o que daria 253 trabalhadores, somando aos novos trabalhadores do GAGIAS, o que daria 294 trabalhadores.

Tratava-se de dois mapas, sendo um deles especial onde ficariam integrados os trabalhadores da “Águas do Sado” que estavam em contrato individual de trabalho e o mapa de pessoal em função pública. Significava que seriam todos os trabalhadores que estavam na “Águas do Sado” e que pertenciam à Câmara Municipal de Setúbal que regressavam, bem como os trabalhadores da Câmara Municipal que iriam integrar os Serviços Municipalizados.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

### **6. Deliberação n.º 3934/2022 – Proposta n.º 43/2022 – GAP – Tarifário de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos no Concelho de Setúbal para 2023**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 e 15.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse ter algumas dúvidas no que se referia ao tarifário e lamentou que as propostas tivessem sido enviadas com pouco tempo de antecedência, como já vinha sendo habitual.

Referiu que nos utilizadores domésticos, na tarifa dos serviços de abastecimento de água, na tarifa variável do 3.º escalão não tinha havido decréscimo e tinha-se mantido, no 4.º escalão havia uma redução, no entanto, a redução incidia essencialmente no 1.º e no 2.º escalão.

Assinalou o aumento da tarifa dos serviços de saneamento de águas residuais para 2023.

A única diminuição que tinha conseguido apurar referia-se ao 1.º escalão, até os 5 metros cúbicos.

Disse que tinha ficado surpreendida, talvez tivesse analisado mal, o tarifário para as famílias numerosas no que dizia respeito ao saneamento, só tinha existido uma baixa no 1.º escalão, os restantes escalões não tiveram decréscimo.

Referiu que deveriam ser mais arrojados e que a redução das tarifas, na sua generalidade, deveria ser inferior, até, porque foram ouvindo várias vezes dizer que o regresso dos Serviços Municipalizados tinha como grande objetivo a redução significativa das tarifas.

Iriam aguardar para verificar nas faturas que as pessoas iriam receber, se efetivamente se refletiam as referidas reduções.

Disse que, da parte do PSD, esperavam mais daquela proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o tarifário atualmente em vigor para utilizadores não domésticos contemplava dois escalões, um para consumos até aos 50 metros cúbicos e outro para consumos acima de 50 metros cúbicos. O tarifário que lhes foi proposto contemplava um único escalão para os utilizadores não domésticos, transversal a todos eles e comparando com o tarifário atualmente em vigor, o novo tarifário ficaria a meio dos dois escalões atualmente em vigor. Tudo aquilo seria a olhar apenas para aquilo que seria o custo consumo e não para aquilo que seria a taxa de acessibilidade. Sendo que o mesmo significaria que os utilizadores não domésticos tinham consumos acima dos 50 metros cúbicos por mês, aqueles que incorporavam na sua atividade um consumo mais elevado de água potável, seriam os que mais iriam beneficiar pela alteração tarifária. Aquele escalão único quase criava um incentivo numa utilização menos regrada, menos cuidada de um bem escasso, como era a água.

Naquele sentido, consideravam que a diferenciação do preço em função do volume do consumo, também para os utilizadores não domésticos, deveria ser reintroduzida no tarifário com a brevidade possível, para incentivar uma utilização consciente e comedida de um bem que era escasso, como era a água potável.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou os vereadores que o compromisso assumido de baixar o valor da água e saneamento estava retratado em valores, entre os 17% e os 21%. Tratava-se de um compromisso assumido pesado. A Câmara iria assumir a gestão do sistema, num momento de crise, naquele ano em particular. Conforme a informação que tinham da “Águas do Sado”, a energia triplicara, significava que a estimativa anual iria rondar os 75% acima do valor inicial. Com o aumento do custo de produção foi possível aquela baixa com o sacrifício de outros investimentos, porque os custos aumentaram exponencialmente, especialmente o gasóleo e a energia. Ninguém estaria a baixar tarifas, no entanto, a Câmara baixara a tarifa, porque estava muito alta e injusta, precisamente num momento em que era difícil baixar. Iriam acomodar a baixa da tarifa na gestão global dos Serviços Municipalizados. Tinha sido anunciado que o ano de 2023 iria ser mais difícil do que o ano de 2022, no entanto, decidiram assumir publicamente.

Referiu que os Serviços Municipalizados funcionavam com três negócios, o da água, do saneamento e dos resíduos, os quais tinham os seus custos, proveitos, resultados e investimentos. Teriam de olhar para aqueles parâmetros para decidirem os vários movimentos a fazer em relação a todo o processo de gestão, incluindo o tarifário.

Disse que as famílias numerosas e a tarifa social tinham regras próprias de aplicação, que depois poderiam flutuar na variável, eliminando a tarifa fixa em ambas e depois flutuariam na variável. No caso das famílias numerosas limitaram a fixa e mantiveram a variável, no caso da tarifa social baixaram 10% a variável. Significava que nos escalões em que falaram, seriam quebras sensíveis e soluções positivas para as pessoas.

No que se referia ao escalão único para o não doméstico era uma recomendação tarifária, poderia não ser seguida de todo, no entanto, tinham vantagem em segui-la.

Disse terem a tarifa social para o não doméstico, para instituições de solidariedade social, coletividades de cultura e desporto e entidades sem fins lucrativos. Também tinham uma tarifa para as autarquias, em que a autarquia pagava o custo estimado, a Câmara e Juntas de Freguesia não beneficiavam nem prejudicavam, pagando o custo estimado.

Relativamente aos hipotéticos grandes consumidores de água que poderiam ficar beneficiados, significava que no abstrato o senhor Vereador teria razão, no entanto, não existiam grandes consumidores de água canalizada nas empresas. A Navigator consumia a água para os balneários, sanitários e refeitório por furo. Todos os grandes consumidores de água tinham furos, pagando o licenciamento dos mesmos. A água para o industrial, em Setúbal, era exclusivamente água de furo, pelo que não haveria nenhum grande benefício de um grande consumidor pela tarifa da água. Tratava-se de um fenómeno próprio do Município de Setúbal, o que não acontecia nos outros municípios.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Pela intervenção e explicação do senhor Vereador Carlos Rabaçal, concluiu-se que, uma vez que não há grandes consumidores não domésticos, todos os consumidores não domésticos, de uma forma transversal, teriam o custo da água aumentado, uma vez que o atual tarifário está tabulado acima daquilo que seria o escalão para consumos inferiores a 50 metros cúbicos. O senhor vereador Carlos Rabaçal explicou que o número de grandes consumidores, quem consumia acima de 50 metros cúbicos, seria residual. De uma forma transversal, aquilo que tinha sido apresentado no novo tarifário, representaria um acréscimo de tarifário para todos os consumidores não domésticos de forma generalizada.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que na água e no saneamento não haveria acréscimo para ninguém, incluindo para os não domésticos. Não fez o cálculo para os não domésticos, porque não seria tão relevante. O não doméstico em Setúbal não tinha expressão, o tarifário que lhe era atribuído seria o tarifário aceitável com uma baixa, que não se preocupavam em calcular, porque não seria relevante, o que seria relevante na exploração dos Serviços Municipalizados, que também era na Águas do Sado, seria o consumidor doméstico. Poderia apresentar um modelo de comparação para o tarifário não doméstico, caso o senhor Presidente o autorizasse ou se houvesse mais dúvidas sobre aquela questão.

Intervenção inaudível

**Sr. Presidente** – Informou os vereadores que ficou claro sobre o esforço que tinha sido feito, no quadro em que se vivia, dado o crescimento dos custos, sobretudo no que estaria relacionado com a energia e que afetava a atividade das águas e dos resíduos, que haveria uma significativa redução em termos percentuais relativamente à tarifa da água e do saneamento, tal como foi o compromisso assumido com as populações, com aquela passagem para a gestão pública das águas de Setúbal.

Chamou a atenção para a última página da proposta, onde se fazia referência às taxas aplicáveis a clientes finais, relativamente às taxas de recursos hídricos para a água, para o saneamento e, sobretudo, para a taxa de gestão de resíduos. Tratava-se de uma situação que classificara como lamentável, que continuassem a ter as taxas de gestão de resíduos e seria importante que todos se interrogassem para onde seriam dirigidos aqueles valores cobrados aos consumidores.

Certamente que ao longo do ano de 2023, iriam ter oportunidade de aprofundar aquela questão.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Após votação da deliberação n.º 3934/2022, passou para a votação da deliberação n.º 3932/2022 - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal para 2023, dado que já tinham sido aprovadas as deliberações anteriores que tinham influência direta no orçamento e uma vez que a mesma já tinha sido apreciada.





## 7. Deliberação n.º 3935/2022 – Proposta n.º 2811/2022 – DAF/DICOR – Derrama 2023

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 16.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não poderia deixar de se congratular, dado que se tratava de uma proposta diferente da proposta apresentada no ano anterior. Referiu que continha vertida uma das propostas aprovadas na reunião de câmara por unanimidade, que o PSD apresentou e que estaria relacionada com a isenção da Derrama para os sujeitos passivos que tivessem um volume de negócios inferior a 150 mil euros.

Disse que o PSD continuaria a trabalhar e a fazer esforços para numa futura proposta poderem ter ainda mais alterações, porque o valor de 1,5% seria um valor que pesava bastante e teriam de fazer um esforço para diminuí-lo.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que o executivo acompanhava a preocupação de poderem ter uma ação menos penalizadora sobre as pequenas e médias empresas, sendo o objetivo que tinham na sua gestão. No entanto, havia uma questão que acentuou, a qual gostaria que ficasse mais uma vez referenciada. A gestão CDU caminharia, tal como fizeram com o IMI e também com a proposta que aprovaram relativamente ao volume de negócios até 150 mil euros, mas tendo sempre como referência fundamental a garantia da manutenção do equilíbrio das contas do Município. Tratava-se de uma questão fundamental, porque se caminhassem na redução dos impostos, certamente que poderiam colocar em causa o referido equilíbrio.

Disse concordar com a intervenção da senhora Vereadora Sónia Martins, mas não poderia deixar de salientar aquela componente, a qual seria fundamental, porque se a Câmara Municipal não tivesse condições para ter um equilíbrio financeiro estável, as próprias empresas sofreriam também com a situação, tal como aconteceu ao longo de anos, com o atraso no pagamento aos fornecedores, por razões que todos conheciam, no entanto, teriam que fazer o compromisso de avançar com controlo e estabilidade das finanças do Município. Nessa altura, teriam condições para avançar na redução da penalização em termos dos impostos junto das empresas e de todos os contribuintes do Município. Seria aquele o objetivo do executivo CDU.

Disse que seria muito importante deixar aquela nota, tal como fizera sempre ao longo do mandato.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta proposta, porque apesar de ter viabilizado as propostas de apoio, que aqui foram apresentadas no passado e que visavam a isenção de Derrama para empresas com volume de negócios até 150 mil euros, consideramos que a cobrança de taxa máxima da Derrama, que é o caso da proposta que nos é aqui apresentada, continua a não corresponder àquilo que são as necessidades das empresas deste concelho.”*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Remeto a declaração de voto para as minhas declarações.”*



## **8. Deliberação n.º 3936/2022 – Proposta n.º 2812/2022 – DAF/DICOR - Orçamento e grandes opções do plano para 2023 e seguintes**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 17 a 21.

**Sr. Presidente** – Disse que o orçamento para 2023 tinha um valor de 183 milhões de euros e daquele montante, 49 milhões de euros correspondiam a despesas com pessoal, 52 milhões de euros destinavam-se à aquisição de bens e serviços e 16 milhões de euros correspondiam à transferência para as juntas de freguesia, escolas e outras instituições do concelho. Mais de 57 milhões de euros naquele orçamento diziam respeito a investimento, que mais adiante falaria melhor. Os valores inscritos no documento continham ainda mais de 3 milhões de euros referentes à amortização dos empréstimos que a Câmara Municipal foi obrigada a contrair em 2004, para fazer face à rutura financeira da autarquia. Aquele orçamento era elaborado num contexto particularmente especial, em que se destacava a criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, depois de 20 anos de gestão privada do abastecimento e tratamento de água no concelho, em resultado de uma opção política da gestão do Partido Socialista em 1997.

Aquela mudança implicava que o investimento com a infraestrutura de abastecimento de água e saneamento, bem como toda a operação de recolha de resíduos sólidos urbanos, fosse da responsabilidade dos novos serviços municipalizados, com impactos na redução da despesa e na receita da Câmara Municipal. O documento em apreciação era também o primeiro orçamento que integrava elevados encargos que resultavam de uma transferência de competências mal preparada pelo Governo. Não poderia deixar de referir que, apesar de a área da educação ser aquela onde as transferências, bem ou mal, se encontravam mais avançadas, persistia ainda grande indefinição sobre os reais encargos para o Município, em particular face ao estado em que se encontrava o parque escolar transferido. Em comparação com 2022, aquele orçamento incluía um aumento de encargos superior a 13,2 milhões de euros, em resultado daquela transferência de competências, embora as transferências financeiras do Orçamento de Estado para a Câmara Municipal fossem de apenas 12,5 milhões de euros.

A experiência de 2022 demonstrava, contudo, que encargos previstos para 2023 naquela matéria poderiam ser ainda mais elevados, sem que existisse qualquer expectativa que a Administração Central compensasse o Município. Aquele seria também um orçamento que refletia elevados níveis de investimento, decorrente de candidaturas bem-sucedidas, apresentadas pela Câmara Municipal de Setúbal ao Plano de Recuperação e Resiliência. Mereciam particular referência a reabilitação da habitação pública municipal, num investimento que ultrapassava os 22 milhões de euros, as acessibilidades, nomeadamente as obras de requalificação da Estrada da Mitrena, via que garantia o acesso a importantes empresas da região e do país e a operação integrada da União de Freguesias de Setúbal, no âmbito das comunidades desfavorecidas, operação em que em 2023 seria investido mais de 2,3 milhões de euros.

No próximo ano, a Câmara Municipal de Setúbal promoveria outros importantes investimentos, de entre os quais se destacavam obras, como a da consolidação das encostas do Forte de São Filipe, com um custo de cerca de 5,6 milhões de euros e numa iniciativa onde a edilidade se substituíria à Administração Central que tutelava aquele monumento e a sua envolvente.

A conclusão do novo Centro de Saúde de Azeitão e o lançamento dos projetos e obras dos novos Centros de Saúde, o da Bela Vista e do Bairro do Liceu, num esforço financeiro superior a 1,8 milhões de euros, e a conclusão da 3.ª fase da reabilitação do Convento de Jesus na ordem dos 2,5 milhões de euros.



Num investimento superior a 1 milhão de euros continuar-se-ia a construção do novo Parque Urbano da Várzea, com a criação da infraestrutura de rega e a plantação de elevado número de árvores.

No ano que se avizinhava, a Autarquia, em articulação e cooperação com a Área Metropolitana de Lisboa, manteria a aposta na mobilidade urbana e metropolitana, com significativo investimento no financiamento de todo o sistema.

O ano de 2023 era apontado por todas as instituições nacionais e internacionais como um ano de continuação do agravamento da crise económica e social. No próximo ano, assistiriam infelizmente a um agravamento do custo de investimento, de funcionamento e atividade da Câmara Municipal, bem como da situação social das famílias do concelho. O aumento das taxas de juro, dos preços dos bens alimentares, da energia e dos combustíveis continuariam a onerar significativamente os orçamentos familiares. Aquela seria a principal razão que motivara a Câmara Municipal a aprovar um conjunto de medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social no ano de 2023, medidas que representavam um esforço orçamental suplementar próximo dos 2,1 milhões de euros.

O orçamento prosseguia a opção política de aprofundamento da cooperação com as freguesias do concelho. Em 2023, a Câmara Municipal iria transferir recursos superiores a 9 milhões de euros para as Juntas de Freguesia, no que representava um acréscimo de 50% em relação a 2022.

Registava-se em 2023 um aumento das despesas com pessoal que atingira 11,5 milhões de euros, refletindo a transferência de competências para a Câmara Municipal, mas também opção pela regularização dos vínculos laborais com a integração de mais 100 trabalhadores no presente ano, processo que prosseguiria no ano seguinte. Aquele aumento resultava também do exercício da opção gestionária em matéria de progressão nas carreiras.

A proposta de Orçamento que era apresentada àquela Câmara obedecia ao princípio que caracterizava a gestão da CDU nas autarquias, num esforço permanente de controlo e sustentabilidade da situação financeira. Foi em resultado daquela perspetiva que decidiram utilizar recursos financeiros extraordinários para reduzir, até ao final do ano, pagamentos em atraso a fornecedores, na ordem dos 10 milhões de euros, reduzindo a dívida de curto prazo a fornecedores em cerca de 50%. Iriam manter aquela opção em 2023.

A proposta de Orçamento tinha por base o rigor e a transparência e tinha fortes preocupações sociais com as famílias e as instituições do concelho. Aquele orçamento assumia como ideia central, que a Câmara Municipal seria fator de combate à crise social, de incremento do investimento da atividade económica e de dinamização da criação de emprego no concelho.

A proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023 e anos seguintes expressava como se pretendia rentabilizar os recursos disponíveis que, como sabiam, seriam sempre limitados face às necessidades de um concelho em crescimento.

Daquela proposta tomavam-se as melhores decisões de investimento para garantir o desenvolvimento harmonioso do Município, centrando a atenção na qualificação do seu território e na qualidade de vida das suas populações.

Para prosseguir aquele objetivo propunha-se que a Câmara Municipal deliberasse aprovar os documentos previsionais que se apresentavam e que os mesmos fossem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, designadamente o Orçamento e Grandes Opções do Plano, as Normas de Execução do Orçamento, o Relatório do Orçamento e o Mapa de Pessoal.

Acreditavam que aquelas seriam razões suficientes para que aquele documento previsional merecesse a aprovação dos Órgãos Autárquicos do Município.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que para terem um orçamento que respondesse aos desafios de 2023 seria preciso ter vontade, porque só a boa vontade não chegaria. Terem vontade de responder àqueles desafios, significava romper com a forma de construir os orçamentos que se prolongavam no tempo.

Se ignorassem a transferência de competências, a reativação dos Serviços Municipalizados e os investimentos financiados pelo PRR fosse na área da habitação ou na Estrada da Mitrena,

o documento que lhes tinha sido apresentado não seria particularmente diferente do orçamento de qualquer outro ano, salvaguardando os devidos ajustes com o aumento dos salários.

Do ponto de vista da receita, tratava-se de um documento que continuava a lançar mão das famosas “*Outras Receitas*”, um saco onde tudo cabia, mas onde quase nada entrava.

Entre as “*Receitas Correntes Diversas*” e “*Outras Receitas de Capital*”, passavam de 39 milhões de euros, para 56 milhões de euros, um crescimento de mais de 43,5%, no entanto, aquela rubrica tinha uma execução a 31 de outubro de apenas 2 milhões de euros, o que significava apenas 5,13% da dotação para 2022. Por essa razão, importava que o senhor Presidente assumisse que as “*Outras Receitas*” fossem expectáveis, sob pena de permitir que naquela proposta de orçamento caísse um manto de opacidade correspondente a mais de 30% da receita prevista.

Disse estranharem que num cenário de alargamento do número de lugares tarifados, o executivo previsse uma redução da receita com estacionamento de 36,54%, quando comparada com as dotações do orçamento de 2022.

Verificaram com alguma estranheza que se orçamentasse por juros de mora, quase tanto como os compromissos assumidos naquele âmbito, até 31 de outubro, particularmente considerando o recente anúncio de regularização de 9 milhões, sendo que o senhor Presidente acabou de referir 10 milhões de euros em “*Dívidas Antigas a Fornecedores*”.

Referiu que a injeção de dinheiro na economia local seria uma forma criativa de se referir ao pagamento de dívidas em atraso, mas não escondia o principal que seria a incapacidade dos sucessivos executivos da CDU, de honrar os compromissos assumidos com os fornecedores do Município.

No que se referia à análise da despesa, registaram a redução de 294 mil euros, na dotação de rubrica “*Publicidade*” do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo, sendo que a proposta do Partido Socialista, tal como seria do conhecimento do senhor Presidente, iria no sentido de uma redução mais substancial. O Partido Socialista propôs uma redução daquela rubrica, face à dotação de 2022, que tivesse sido de 35%, que significaria menos 667 mil euros do que a dotação de 2022 que foi superior a 1 milhão e 900 mil euros e que aquele valor tivesse sido alocado à Companhia de Bombeiros Sapadores. Aquela proposta permitiria que a rubrica de “*Publicidade*” se fixasse em 10% acima da dotação de 2021 e abriria caminho ao regresso dos Bombeiros Sapadores ao destacamento de Azeitão. Tendo sido entendimento do executivo não aceitar aquela proposta, fazendo uma redução pouco expressiva na rubrica de “*Publicidade*”, aumentando de forma pouco expressiva a dotação da Companhia de Bombeiros Sapadores. Num aumento que se consubstanciava praticamente na aquisição de uma viatura e não naquilo que o Partido Socialista propôs. No dia anterior, na sessão da Assembleia Municipal, foi apresentada uma recomendação no sentido de voltar a ter os Bombeiros Sapadores no destacamento de Azeitão.

Numa análise às Grandes Opções do Plano, referiu que encontraram algumas curiosidades. O nível de investimento previsto para a Feira de Santiago em 2023, ascenderia a 944 mil euros, sendo particularmente curioso quando comparavam com o investimento que constavam do orçamento de 2022, de 640 mil euros, mas também com a redução prevista para os anos seguintes, com um investimento estimado sempre inferior a 300 mil euros.

Em reunião de câmara ouviram o senhor Vereador Pedro Pina comparar o Pavilhão das Manteigadas com o MEO-Arena, em 2023, provavelmente ouvi-lo-iam a comparar a Feira de Santiago com o Rock in Rio.

Disse que se verificava uma redução da dotação para o transporte público de passageiros de 2 milhões e 728 mil euros, para 2 milhões e 061 mil euros, apesar de terem aprovado uma participação extraordinária de 10 euros para o passe Navegante Municipal que, de acordo com a expectativa de utilização por parte do executivo, corresponderia a uma participação de meio milhão de euros.

Questionou o senhor Presidente sobre o que estaria na origem daquela redução de participação para 2023.

Disse que estariam perante um orçamento que tinha uma receita empolada em 30% da sua receita total, sem grande arrojo e continuava a cavalgar a maximização das receitas fiscais, para manter os níveis da gestão corrente.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Antes de entrar no detalhe do documento, disse que considerou reduzidos os dias dado à oposição para fazer a análise de todos os documentos. O executivo CDU continuava a enviar documentos daquela dimensão, com pouca margem de tempo para apreciação, talvez pudessem resolver aquela situação com uma alteração ao Regimento.

No que se referia ao documento em análise, disse que as dotações totais refletiam bem as prioridades, sendo mais 10 milhões de euros para a cultura, mais 10 milhões de euros para comunicações, 1 milhão de euros para ação social e 2 milhões e meio para a saúde.

A página 7 do documento referia que o Município estaria preocupado com as políticas de inclusão e de apoio aos mais necessitados, por essa razão, deduzira que estivesse refletida a preocupação, que já tinha dito em várias reuniões de câmara, caso fosse necessário em 2023 teriam de ser lançadas novas medidas de apoio às famílias.

Uma vez que, na página 8, foram apontadas respostas sociais inovadoras, disse que gostaria de saber quais seriam as referidas respostas.

Relativamente à declaração que o senhor Presidente fez sobre a injeção de 9 milhões de euros na economia, ao ter ouvido a notícia supusera que tivesse saído o euro milhões ao senhor Presidente e o mesmo fez uma doação à Câmara Municipal, mais tarde terá percebido que não. Disse que se tratava de uma estranha forma de injetar dinheiro na economia, quando aquilo que se iria pagar seriam dívidas.

Questionou se a Câmara Municipal já tinha recebido aquele valor, se já tinha transitado em julgado.

Caso a “Águas do Sado” recorresse, gostaria de saber como iriam gerir aquela situação e perceber onde é que estaria provisionado aquele valor, se seria no mapa das responsabilidades contingentes, que só chegou na segunda-feira.

Disse que gostaria de perceber se os 9 milhões de euros que estariam em dívida, se seria dívida vencida ou por vencer e saber se aqueles valores iriam ser pagos no ano de 2022, tal como os 400 mil euros para o associativismo.

Também gostaria de saber qual seria o valor há data, da dívida a fornecedores.

Disse que não conseguiu perceber através da leitura do documento, onde estaria provisionado o valor de quase 40 milhões de euros do “*Mapa de Responsabilidades Contingentes*”.

Relativamente a “*Despesas Correntes Diversas*” seriam contas com valores muito altos, não existia detalhe e não se conseguia perceber, porque tinham “*Outros Serviços*” com 4 milhões e 900 mil euros e não percebia o que seriam “*Outros Serviços*”.

Referiu que não viu refletido naquele orçamento que certamente consideraria que fosse arrojado e inovador, embora alguns municípios já tivessem tido aquela preocupação e tendo em conta a posição geográfica privilegiada do Município de Setúbal, não se falava no investimento da dessalinização. Talvez aquele orçamento pudesse contemplar, nem que fossem os custos associados a um estudo para perceberem se o mesmo seria, ou não, viável para Setúbal. Quando começou a chover, rapidamente todos se esqueceram da seca, pelo que poderia ter constado naquele orçamento a questão da dessalinização, tendo em conta que o executivo CDU apelidava-o inovador.

**Sr. Presidente** – Referiu que os vereadores sabiam como se elaboravam orçamentos. Teriam que considerar no conjunto a receita que seria igual à despesa e o conteúdo refletia o objetivo e a obrigação.

O senhor Vereador Joel Marques referiu a proposta do Partido Socialista, a redução do valor da rubrica “*Publicidade*” em 35%, para que aquelas verbas fossem atribuídas à Companhia de Bombeiros Sapadores e para que se pudesse constituir o destacamento de Azeitão.



Quando se falava da rubrica “*Publicidade*” a mesma englobava um conjunto de atividades e de custos bastante alargado e diferenciado, incluindo questões que estariam relacionadas com a publicidade, sendo que muita da publicidade feita seria publicidade obrigatória, onde incluía as publicações obrigatórias no Diário da República, a divulgação de eventos que seriam fundamentais para que houvesse a divulgação dos eventos da atividade da Câmara Municipal, incluía a publicidade em órgãos de comunicação internacionais e em revista da especialidade no que se referia ao turismo.

Caso os vereadores estivessem interessados, poderia fazer chegar as publicações feitas em revistas da especialidade em Espanha, França e até na Alemanha, promovendo o território, com resultados muito positivos nos objetivos do desenvolvimento do concelho, incluindo uma componente importante, a divulgação das atividades e a informação sobre as iniciativas do Município. Consideravam que seria fundamental que os munícipes fossem informados daquilo que a Câmara Municipal de Setúbal fazia, bem como das coletividades e das instituições de solidariedade social, para que pudessem conhecer aquilo que se desenvolvia, naquilo em que poderiam participar, podendo estar bem informados sobre aquilo que seria a atividade do movimento associativo, coletividades, empresas, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Através da divulgação seria uma forma de levar os munícipes e quem procurava Setúbal participarem na vida do Município. Sabiam do quanto seria penoso que cada vez mais as pessoas se alheassem da vida política, social, cultural e até da vida económica do concelho de Setúbal, a qual se refletia nos municípios. A título de exemplo, referiu que cada vez havia menos cidadãos portugueses a votar, por isso teriam a obrigação de informar, cada vez mais com profissionalismo, no sentido de que as pessoas conhecessem a realidade do Município e para que pudessem despertar para melhor poderem participar. Por aquela razão, não poderiam concordar com a proposta que os senhores vereadores apresentaram.

Relativamente ao facto dos 35% da rubrica “*Publicidade*” poder ser dirigida para a Companhia de Bombeiros Sapadores, para os Bombeiros Sapadores poderem ser instalados no destacamento de Azeitão, referiu que a Companhia de Bombeiros Sapadores era uma companhia de referência, de excelência e os seus profissionais tinham formação do mais alto nível, preparados para intervir em níveis elevados de proteção e socorro, cujo investimento tinha sido pago pela Câmara Municipal de Setúbal ao longo de vários anos. Não deveria existir dúvida nenhuma que o executivo CDU pretendia ter uma Companhia de Bombeiros Sapadores de alto nível. Para além dos fogos florestais tinham duas reservas, a do Parque Natural da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Sado, com problemas que, em termos de fogos florestais, seria muito perigosa. Tratando-se de património nacional, para além de ser património do município, também tinham os fogos urbanos e os fogos que poderiam existir na zona industrial, onde eram manuseados produtos perigosos. Por essa razão, pretendiam que os Bombeiros Sapadores estivessem à altura para poder intervir em situações de catástrofe que, felizmente, ainda não aconteceram.

Disse terem muito orgulho em continuar a investir na Companhia de Bombeiros Sapadores, qualificando-os para que pudessem estar ao mais alto nível das exigências, para intervir em várias situações. Na última reunião de câmara, referira que reuniu a 31 de outubro com a Companhia de Bombeiros Sapadores, cujos responsáveis das várias secções apresentaram o trabalho que desenvolveram, tendo falado sobre as várias experiências que tiveram através da participação em fóruns internacionais, não se sentindo diminuídos quando refletiam situações com outras companhias de bombeiros e a proteção civil nos respetivos fóruns internacionais.

Nunca esteve em causa, nem nunca estaria, o investimento feito pela Câmara Municipal na formação e no treino para a Companhia de Bombeiros Sapadores, da qual tinham muito orgulho. Certamente que o orçamento da Câmara Municipal teria de pagar e aquele orçamento refletia a verba que estaria destinada à Companhia de Bombeiros Sapadores para manterem o nível de formação de qualidade, para que se pudessem preparar nas intervenções de maior exigência. Confundir tudo aquilo com questões que estivessem relacionadas com as entidades representativas dos interesses dos trabalhadores e dos sindicatos, seria um erro grave.

Nunca esteve em causa que a Câmara Municipal colocasse em dúvida que as organizações representativas dos trabalhadores da Câmara Municipal e no caso, em concreto, dos Bombeiros Sapadores não defendessem os direitos dos trabalhadores. A Câmara Municipal tinha responsabilidades como qualquer empresa e assumia as responsabilidades das decisões que tomava.

No documento que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal referia que seria urgente que o senhor Presidente da Câmara abrisse o diálogo com os sindicatos, pelo facto terá questionado, se alguma vez esteve em causa o diálogo com os sindicatos. Na realidade, nunca esteve em causa o diálogo com os vários sindicatos, situação dita repetidamente nas reuniões de câmara que poderia ser comprovada.

A senhora Vice-Presidente tinha a seu cargo os recursos humanos tal, como referiu numa forma clara, não seria o Presidente da Câmara que trataria com os sindicatos dos trabalhadores da Câmara Municipal, dado entender que não tinha condições para tratar daqueles assuntos, porque existia um eleito que tinha técnicos especializados naquelas matérias e aquele tipo de assuntos deveria ser tratado com os respetivos técnicos. No que se referia aos trabalhadores bombeiros municipais, o pelouro seria do Presidente, razão pela qual fizera reuniões regulares com os bombeiros municipais, tal como fez na última reunião de 31 de outubro, assim como iria fazer uma nova reunião em janeiro. A relação com os trabalhadores, com os bombeiros exista e continuaria a existir e seria fundamental que existisse. A pedido dos bombeiros iria estabelecer um contacto com as empresas, designadamente na zona da Mitrena, no sentido de obter informação sobre o tipo de manuseamento de matérias-primas, que para a Companhia de Bombeiros Sapadores seria fundamental ter toda a informação da atividade da empresa, em especial dos produtos que eram manuseados no processo de fabrico. Caso surgisse algum acidente, certamente que teriam melhores condições para a intervenção imediata e melhor êxito no resultado. No entanto, algumas das empresas mantinham reservas em fornecer alguma informação que seria útil e importante para a atividade dos bombeiros.

Referiu que com a Companhia de Bombeiros Sapadores não haveria nenhum problema, haveria sim os problemas normais de funcionamento dos serviços, como seria natural. Existiam diferenças de entendimento naquilo que seriam as suas responsabilidades na sua atividade e que estaria estabelecida num quadro legal.

A última vez que estiveram em diálogo sobre o ACEP, foi o sindicato que abandonara as negociações, no entanto, a Câmara Municipal mantinha a porta aberta no sentido de continuar a haver o diálogo. A Câmara Municipal tinha um entendimento sobre a forma de gerir aqueles processos, assim como acontecia noutras empresas, sendo que se tratava de uma relação da vida democrática.

Consideravam que não fazia sentido aquela questão, tratava-se de uma opção da gestão do executivo municipal, concentrar a atividade dos Bombeiros Sapadores para uma rápida intervenção na cidade e na zona industrial.

Disse terem o privilégio de ter em Setúbal uma Companhia de Bombeiros Voluntários com bons profissionais, formados na Escola Nacional de Bombeiros, como acontecia na esmagadora maioria dos municípios do país, estando treinados para a primeira intervenção. Por essa razão, entenderam que seria preferível situá-los como área de intervenção na União de Freguesias de Azeitão, criando as condições para que eles pudessem ter a sua atividade. Nunca esteve em causa a possibilidade da colaboração e da intervenção entre os Bombeiros Sapadores e os Bombeiros Voluntários. O facto de os Bombeiros Voluntários estarem sediados em Azeitão seria numa primeira área de intervenção, não impedindo que os Bombeiros Sapadores, quando os respetivos comandos assim o entendessem, interviessem na área de Azeitão, assim como poderiam intervir no Município de Palmela, no Município de Grândola ou para outra zona do país se assim o justificasse. Tratava-se de uma questão de gestão, não seria mais do que isso, aproveitando o melhor possível os recursos que tinham. Aquele modelo de funcionamento tinha sido aprovado em 2013, felizmente não houve nenhum problema, nenhuma dificuldade maior na intervenção.

Não poderia deixar de denunciar que lhe importunava, quando diziam que a população de Azeitão estaria em risco, porque não tinham os Bombeiros Sapadores.

Informou os vereadores que, ao colocarem em causa as questões de segurança junto das populações, onde na realidade não existiam, deveriam ter o cuidado e a perceção do que aquilo poderia significar junto das mesmas. Todos teriam de ter a responsabilidade suficiente para ter cuidado na forma como se pronunciavam sobre matérias de segurança e da proteção das pessoas. Informou os vereadores do Partido Socialista que não concordariam com aquela medida.

Disse que gostaria que ficasse claro, que na proposta que o Partido Socialista apresentou na Assembleia Municipal, recomendava que o Presidente da Câmara constituísse um grupo de trabalho para a elaboração do Regulamento da Companhia de Bombeiros e que indicasse para esse grupo de trabalho vereadores sem pelouro. Certamente deveria ser um lapso de escrita, ao envolver num grupo de trabalho eminentemente técnico, vereadores com pelouro ou sem pelouro, seria um erro de todo o tamanho, ao intervir em áreas que deveriam ser do foro exclusivamente técnico.

Referiu que numa próxima reunião de câmara seria apresentada uma proposta para a criação de um grupo de trabalho técnico, para a elaboração do Regulamento da Companhia de Bombeiros Sapadores, constituído essencialmente por técnicos, profissionais da proteção e socorro, profissionais dos recursos humanos e juristas. Seria feita uma proposta técnica, que seria colocada à consideração das organizações representativas dos trabalhadores da Câmara Municipal, que seria discutida e votada em reunião de câmara e sessão da assembleia. Na situação que existia da movimentação daquele sindicato, se insistissem na possibilidade de os vereadores integrar um grupo de trabalho, só estariam a criar problemas relativamente a questões que seriam eminentemente técnicas, com a intervenção de manifestações político-partidárias, numa área que poderia ter consequências dramáticas para a situação da proteção e do socorro das populações.

Disse que se alongou um pouco naquela matéria, uma vez que a mesma esteve em discussão na última sessão da Assembleia Municipal, porque o senhor vereador do Partido Socialista colocou aquela questão.

Disse que gostaria que ficasse bem claro, qual seria a sua posição sobre aquela matéria. Acompanhavam a situação dos trabalhadores municipais, dos Bombeiros Sapadores e das organizações representativas dos trabalhadores, com todo o quadro legal que as protegia. A Câmara Municipal prosseguia o caminho do respeito e até do enaltecimento da existência daquelas organizações.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente fez um parêntese na sua intervenção, no sentido de falar de uma recomendação levada pelos deputados do Partido Socialista à sessão da Assembleia Municipal. Tendo desviado por sua iniciativa o assunto que discutiam, que seria o orçamento municipal, por uma proposta feita pelo Partido Socialista. Tratava-se de um tema importante e que certamente voltariam a discutir, mas uma vez que foi o senhor Presidente que abriu o precedente, gostaria de lhe fazer duas perguntas sobre aquele tema, não estando relacionadas com o orçamento.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José que apenas tinha introduzido a questão, porque seria a mesma que estaria (...)

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que a questão da negociação coletiva não estaria relacionada com a proposta de orçamento.

**Sr. Presidente** – Disse saber do que estava a falar, porque todas aquelas questões estavam relacionadas com o desvio de verbas da “Publicidade” para os Bombeiros Sapadores e a sua instalação do destacamento. Referiu que tinha sido aproveitado para introduzir a outra questão, para ficar bem claro o que estaria em causa.



**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente tinha falado de outra coisa.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, relativamente à questão dos 9 ou 10 milhões de euros, que decidiram introduzir na economia até ao final do ano de 2022. Referiu que não tinha sido escondido naquilo que fora a divulgação daquela iniciativa, que a mesma seria para pagamento de dívidas.

Disse haver uma questão distinta, a Câmara Municipal podia receber o dinheiro da garantia bancária da empresa Águas do Sado, deixá-lo na conta da Câmara Municipal - o dinheiro estava na conta da Câmara Municipal desde a semana anterior - e poderiam continuar a fazer os pagamentos regulares aos fornecedores. No entanto, não foi aquela a decisão, mas sim no investimento na economia de 10 milhões de euros, no sentido de reduzir em 50% a dívida do Município a fornecedores. Foi uma decisão que deveria ser valorizada pelos eleitos. Disse que receberam aquela verba e entenderam de imediato fazer o pagamento, cuja redução rondaria 50% da dívida do município, o que não seria assim tão pouco. Inicialmente eram 9 milhões de euros e terá passado para 10 milhões de euros, sendo que 1 milhão de euros estaria relacionado com o pagamento por parte do Governo à Câmara Municipal de Setúbal de uma dívida de anos anteriores, transferido pela Direção-Geral das Autarquias Locais. Ficaram muito satisfeitos de poder juntar aos 9 milhões de euros mais 1 milhão de euros, significava que ficaram com o valor da dívida reduzida em mais de 50% o que seria altamente positivo para o objetivo que tinha tantas vezes insistido e que continuaria sempre a insistir, relativamente ao equilíbrio financeiro das contas do Município. As empresas que iriam receber aquele dinheiro, certamente que iriam continuar a investir na economia. Aquela seria a dimensão da expressão que utilizava, na introdução de 10 milhões de euros na economia, pagando dívidas que o Município tinha para com os fornecedores. Aquilo seria o mais transparente e o mais correto, mas cada um seria livre de pensar da forma como pretendesse. Da sua parte era assim que pensava e regozijava-se por poder fazer.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que a dívida já tinha sido referenciada no orçamento de 2022, na ordem dos 30 milhões de euros e que o Município entendera acionar a garantia bancária, a Águas do Sado intervieria com uma providência cautelar e o Tribunal dera razão à Câmara Municipal, por essa razão consideraram que se tratava de um pagamento da dívida.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que tivera a oportunidade de receber uma empresa israelita, inovadora na matéria da dessalinização, que apresentou a sua disponibilidade para com a Câmara Municipal e com as empresas da região.

Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal referiu que o consumo de água dos não domésticos seria bastante reduzido em Setúbal, porque a grande maioria das empresas ou dos não domésticos utilizavam furos. Tratava-se de uma preocupação tida pelo executivo, pelo que deveriam fazer alguma coisa para as entidades competentes poderem atuar, no sentido de progressivamente desativarem as respetivas captações. Seria possível encontrar alternativas com as novas tecnologias a serem utilizadas progressivamente por algumas das empresas, evitando a utilização da captação de águas. Tratava-se de uma preocupação por parte Câmara Municipal, a possibilidade de utilização de novas tecnologias conhecidas disponíveis no mercado, para desincentivar o uso das captações existentes no concelho.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Referiu que ao ter analisado as Grandes Opções do Plano e Orçamento, que era um documento importante estratégico da política de desenvolvimento económico e social, o “Quadro I” com as dotações orçamentais nos vários objetivos e programas e após terem debatido tantas vezes a questão do apoio às famílias, questionou o senhor Presidente, qual seria a prioridade no orçamento municipal na ação social.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz que a Câmara Municipal tinha uma divisão que tinha a designação de direitos sociais, adaptado a concessões mais recentes, sendo que anteriormente tinha a designação de ação social, cuja atividade era significativa.

Referiu que o Governo ainda não conseguiu encontrar os mecanismos para fazer a transferência de competências prometidas desde 2018. Segundo a última informação que tinha, ainda não seria no mês de janeiro que passaria para as autarquias a ação social, tal seria a dificuldade, apesar de todas as ameaças. A ação social era da responsabilidade do Estado, mas a Câmara Municipal de Setúbal, como na generalidade das câmaras municipais, tinha uma área de ação social, que acompanhava no domínio social as preocupações sociais.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Informou o senhor Presidente que ninguém colocaria em causa o pagamento de dívidas, porque se as dívidas existiam deveriam ser pagas. Parecia que não estavam em falta, mas na realidade estavam em falta. Não era uma situação nova, a Câmara de Setúbal foi durante bastante tempo uma das câmaras com mais tempo para fazer face ao pagamento das dívidas a fornecedores.

Referiu que no ano transato, aquando da discussão do orçamento, aquele foi um dos assuntos que esteve em cima da mesa e todos mostraram preocupação relativamente à situação. Pagar aquilo que se devia, seria um princípio e uma questão de honra e não se colocaria em causa, uma vez que seria um dever.

Disse que percebeu que o valor já constaria na conta, mas não percebeu se já tinha transitado em julgado.

O senhor Presidente não respondeu quais foram as políticas de inclusão e de apoios para 2023. Deduzira que fossem aquelas que já tinham sido aprovadas e que tivesse existido uma margem, tal como já tinha referido anteriormente, para novas medidas, tendo em conta aquilo que se previa para o ano 2023.

Disse que ficou sem perceber quais seriam as respostas sociais e inovadoras.

No que se referia às “*Despesas Diversas*” não seria uma exclusividade da área do Departamento de Comunicação, existiam em outras áreas do orçamento. Gostaria que o senhor Presidente lhe explicasse ou lhe fornecesse exemplos das respostas sociais inovadoras que iriam ter em 2023 e que constavam no documento, para ficar com uma ideia de como consubstanciariam verdadeiramente.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que seria sempre difícil fazer aquela discussão, uma vez que normalmente recaía para uma versão muito técnica e numérica e seriam poucas as vezes que tinham a oportunidade de discutir as ações, ficando grato com as limitações que uma discussão naquele contexto e com as circunstâncias que eram colocadas, para que fosse possível discutirem algumas daquelas propostas.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que já por duas vezes colocou preocupações relativamente ao tempo da discussão das propostas, no entanto, em nenhuma das circunstâncias as propostas deixaram de chegar a tempo aos vereadores, de acordo com aquilo que era a legalidade, e como certamente saberia, infelizmente, no que dizia respeito ao orçamento existiam circunstâncias formais e legais que decorriam da própria lei, que a Câmara Municipal não as poderia alterar, pelo que seria bom que o tempo para aquela discussão fosse repensado.

Relativamente à questão das prioridades, disse existirem várias matérias que poderiam reforçar. O senhor Presidente já tinha tido a oportunidade de referir, e pegando um pouco nas palavras da senhora vereadora Patrícia Paz, o conceito e a perspetiva que a Câmara Municipal tinha sobre as políticas de inclusão social. Sobretudo na afirmação dos direitos sociais, seriam largas e tinham um lastro que se aplicava às várias áreas da Câmara Municipal. A título de exemplo e segundo aquilo que eram as práticas que assumiram, ainda na semana anterior houve a oportunidade de apresentar publicamente, circunscrito a um território que seria bastante elucidativo e bastante inovador, aquilo que seria um conjunto de propostas, que tinham um conjunto de atividades muito mais largas do que as respostas na área dos direitos sociais ou na área social. Mas em investimento no quadro do Programa das Comunidades Desfavorecidas que, tinha um impacto diretamente na União de Freguesias, seria bastante ilustrativo daquilo que seriam propostas inovadoras. Para um território que a intervenção ficou circunscrita a formatos absolutamente clássicos, muito circunscrito àquilo

que seriam os aspetos formais, quer do Rendimento Social de Inserção, quer da Ação Social, protocoladas com as instituições que estavam no território ou entidades que exerciam aquela função. Se olhassem para aquilo que seriam as propostas para o território, claramente teriam um pacote larguíssimo de propostas que valorizava o território e a sua identidade, bem como o envolvimento das pessoas na cultura associado às matérias sociais, com componentes que estariam relacionados com a identidade do próprio território.

Disse que Setúbal tinha sido destacado, infelizmente, pelas piores razões, num conjunto de respostas em preparação, num pacote de medidas relativamente à violência, não só em relação à violência doméstica em particular, mas também à violência geralmente, que continuava a ser um drama da sociedade, sendo bastante revelado naquilo que seriam algumas das atividades e das propostas inscritas no Plano de Atividades na área social para 2023.

Referiu que existia um conjunto de programas que sofreram e que sofreriam já a partir de 2023, num conjunto de reestruturações e de reformulações, nomeadamente o Desportivamente em Reforma, com uma aplicação muito direcionada à população sénior do concelho, sobretudo na capacitação da população, auscultando aquilo que seriam as próprias perspetivas e as necessidades que se colocavam. Sendo que algumas delas foram preocupações que a oposição identificou, considerando que a inovação deveria ser um conceito, devendo considerar que haveria uma enorme reserva sobre o ano de 2023. Naquele sentido, haveria momentos que seria fundamental garantir alguns dos públicos utilizadores de muitas daquelas respostas, que não ficassem absolutamente impedidos, fosse na área da infância, fosse na área da população sénior, fosse na área da deficiência. Uma área que tinha investimentos do ponto de vista estrutural e de apoio, numa relação estreita com as instituições.

Do ponto de vista da área de inclusão prepararam para o ano de 2023 um projeto na área do desporto de valorização, bem como do desporto adaptado. Referiu que na próxima sexta-feira iriam homenagear pessoas ligadas ao desporto de Setúbal, que seria acomodado com as instituições, sendo de grande valorização naquilo que era a prática do desporto adaptado. O desporto adaptado era uma realidade incontornável da vida com uma forte tendência e Setúbal pretendia-se colocar na linha da frente, sendo uma cidade com todos e para todos, tornando as infraestruturas acessíveis.

A acessibilidade foi uma aposta que já tinha uma expressão em 2022 e que ganharia forma em 2023, nomeadamente com a continuação do projeto “Setúbal Sem Barreiras” que capacitaria muito dos seus equipamentos culturais municipais, não só o acesso físico, mas também o acesso de múltiplas e diferentes formas, como seria o exemplo das “apps” de acesso e de conhecimento com muito daquelas realidades.

A título de curiosidade, a propósito da intervenção inicial do senhor Vereador Joel Marques, como seria do seu conhecimento, estiveram dois anos impedidos de realizar a Feira de Santiago. Era fácil de compreender que, do ponto de vista orçamental e até por compromissos assumidos anteriormente, existiram valores que se refletiram na edição de 2022, que já estariam assumidos, tendo os mesmos sido garantidos, nomeadamente no que dizia respeito a 50% do valor do espetáculo, tendo um reflexo diferente na previsão para 2023.

Informou o senhor Vereador Joel Marques de que haveria uma questão que lhe poderia garantir, para o executivo CDU a Feira de Santiago seria muito mais importante do que o Rock in Rio.

No que dizia respeito à comparação entre o Altice Arena e o Pavilhão das Manteigadas havia uma certeza, o Pavilhão das Manteigadas nunca seria um pavilhão com uma perspetiva transfronteiriça, seria sempre um elemento de garantia de uma realidade para todos os cidadãos, quer aqueles que utilizavam na condição de atleta ou de visitantes. Certamente não seria um pavilhão com aquelas características, mas, acima de tudo, era um pavilhão que servia de uma forma efetiva todos os utilizadores que por ali passavam.



**Sr. Presidente** – Completando aquilo que o senhor vereador Pedro Pina referiu, informou a senhora Vereadora que na intervenção das comunidades desfavorecidas, entre o investimento por fundos comunitários e o investimento da Câmara Municipal estariam a falar de mais 9 milhões de euros de investimento na União das Freguesias de Setúbal. Seria apenas na União das Freguesias de Setúbal, porque obedecia ao regulamento e às regras bastante rígidas, que aquele quadro de apoios comunitários exigia, ficando confinados na intervenção apenas naquela freguesia. Nos cerca de 9 milhões de euros, 60% seria em investimento de material e 40% do investimento seria de imaterial. Disse que tinha sido apresentado pelos técnicos a dinâmica de participação e de envolvimento social da comunidade, naqueles projetos, da componente dos 40% de ação imaterial. Consideravam que seriam formas inovadoras de intervir do ponto de vista social. Algumas das intervenções da componente material seriam complementares a toda uma dinâmica que envolvia as coletividades, tendo já sido identificado um conjunto de parceiros, com a perspetiva de vinda de outros parceiros. Toda aquela dinâmica social, com o envolvimento das coletividades, seria uma componente extremamente importante e uma das referências à ação inovadora do ponto de vista social.

Referiu terem outras componentes, como seria a título de exemplo "*Nosso Bairro, Nossa Cidade*", que era um clássico de referência a nível nacional e internacional, razão pela qual continuavam a receber organizações internacionais que vinham verificar como seria o seu funcionamento. Nas iniciativas financeiras, nas decisões que tomaram de apoio à crise, inscritas no orçamento para 2023, não deixavam de ser formas inovadoras de apoiarem determinados setores da sociedade que identificaram como os mais fragilizados, quando iniciaram um período de grandes dificuldades económicas e sociais também no concelho Setúbal.

Pelas medidas que foram identificadas, de alguma forma estariam a falar de medidas inovadoras, comparativamente a outras tomadas ao longo dos tempos para fazer face àquele problema.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse pretender colocar algumas questões que nada tinha que ver com o orçamento, foi o senhor Presidente que abriu o precedente desviando o assunto para o tema da moção apresentada e misturando as propostas que estavam na moção com aquilo que era uma proposta do Partido Socialista, no sentido de alocar verba do orçamento para os Bombeiros Sapadores regressarem a Azeitão, retirando a verba da publicidade.

O senhor Presidente referiu a questão da negociação coletiva e do abandono das negociações por parte do sindicato, referindo que existia sempre diálogo e que seria um defensor do diálogo, iria fazer-lhe três perguntas esperando uma resposta, uma vez que na sessão da Assembleia Municipal, que decorreu no dia anterior, não conseguiu responder a uma única pergunta feita pelos deputados do Partido Socialista.

O sindicato apresentou uma proposta à Câmara Municipal de Setúbal, em conformidade terá questionado o senhor Presidente se a Câmara Municipal de Setúbal apresentou uma contraproposta como estava obrigada ao sindicato.

Não obstante, de ter ou não ter apresentado a referida proposta, era verdade que Câmara e Sindicato iniciaram negociações diretas com vista à celebração de um acordo, pelo que questionara o senhor Presidente se as referidas negociações terminaram, estariam suspensas, qual seria o ponto da situação daquele processo negocial.

Quando um processo de negociações diretas terminava, a seguir teriam outros instrumentos previstos na legislação laboral, e atendendo a que existia naquele momento uma greve declarada no Município de Setúbal, por um sindicato que era o mais representativo, questionou o senhor Presidente como estaria a pensar resolver aquele problema. Existia um litígio, era preciso dirimir o conflito, questionou como iria dirimir o conflito, se iria recorrer ao processo de conciliação, se iria chamar novamente o sindicato para negociações diretas ou iria deixar arrastar aquele litígio eternamente no Município de Setúbal.

Tratava-se de perguntas que o senhor Presidente teria de responder, questionando se houve uma contraproposta, se estaria a pensar requerer o processo de reconciliação.

Perceberam que na questão da greve o executivo CDU tentou fazer uma redefinição dos serviços mínimos e aquilo que foi declarado pelo Tribunal Arbitral foi uma clarificação dos meios humanos necessários para assegurar os serviços mínimos. Sendo que 22 Bombeiros Sapadores em escala seria obra, indo contrariar em muito aquilo que foi a posição, no entanto, aquela discussão passaria para o dia 7.

Uma vez que foi o senhor Presidente que abriu aquele precedente, disse que gostaria que pudesse responder às suas questões. Aquilo que se verificou era uma falta de diálogo. Quando um sindicato se via obrigado a recorrer à greve, significava que estariam no limite. Por essa razão, costumavam dizer que a greve era uma bomba atômica que o sindicato tinha, seria a última forma de luta que o sindicato tinha para utilizar. Seria indesmentível que a situação estivesse no extremo, as posições estariam completamente extremadas, daí o sindicato ter avançado para a greve. Seria necessário que alguém desse um passo e a Câmara Municipal poderia dar aquele passo, foi aquilo que a proposta apresentada pelos deputados do Partido Socialista, na sessão da Assembleia Municipal tinham também em alguns pontos, sendo que um deles sugeria que o senhor Presidente ou a senhora Vice-Presidente que seria a responsável pelo pelouro, retomasse as negociações com o sindicato ou de chamar outros sindicatos naquela mesma negociação. Poderia ser uma forma do sindicato suspender a greve, tentando um pouco de paz social no sentido de chegar a um entendimento.

Disse que estaria de acordo com o senhor Presidente, porque ninguém poderia obrigar o executivo da Câmara Municipal chegar a um acordo. O acordo teria de ser alcançado por ambas as partes, no entanto, as negociações nunca poderiam ser renunciadas, muito menos um executivo CDU, um executivo composto pelo Partido Comunista Português e que defendia em todo o lado e bem, a negociação coletiva, a primazia das negociações diretas para dirimir os conflitos.

O que o senhor Presidente tinha de fazer e que tinha sido apresentado pelo Partido Socialista, seria dar um passo atrás, chamar o sindicato, tentar negociar, apresentar uma contraproposta e caso não conseguissem chegar a um entendimento recorriam ao processo de reconciliação.

Voltando à discussão do orçamento, disse que o Pavilhão das Manteigadas servia, porque não tinha sido construído outro em vinte anos, em mais de vinte anos era o que tinham, mais uma obra do Partido Socialista. As três piscinas municipais e o Pavilhão das Manteigadas foram obras que o Partido Socialista deixara e que na atualidade ainda servia e bem, como disse o senhor vereador Pedro Pina, os setubalenses.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José que considerava importante cada um daqueles temas, por essa razão estariam a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o próximo ano, por se tratar dos documentos mais importantes que existiam.

Informou o senhor Vereador Fernando José que da parte daquele executivo municipal, nunca haveria um corte de relações com quem quer que fosse e, sobretudo, quando se tratava de organizações representativas dos trabalhadores, certamente que não poderia haver. Segundo a informação que obtivera, o sindicato abandonara as negociações. A senhora Vice-Presidente certamente que iria explicar, uma vez que acompanhou o processo e certamente daria as informações. O executivo acompanhou a situação dos bombeiros como a de todos os outros trabalhadores.

Após ter tomado posse verificou que existia um problema com os bombeiros, que estaria relacionado com a posição remuneratória, sendo que nenhum dos pareceres jurídicos colhidos dava razão às posições do sindicato, no sentido de encontrarem uma forma que justificasse, para que pudessem estar de acordo. Enquanto entidade pública tinha de justificar as decisões que tomavam e, sobretudo, quando se tratava de fundos municipais.

No atual mandato existira um entendimento entre a Câmara e os bombeiros, abrindo um processo no Tribunal Arbitral. A Câmara Municipal avançou para aquela situação, num processo que estaria a decorrer, tendo questionado o senhor vereador Fernando José, se aquela não seria uma forma aberta de tratar os assuntos.

Quando estavam num processo de negociação e uma das partes abandonava as negociações, certamente que haveria qualquer coisa que teriam de retomar o caminho. O sindicato decidiu fazer uma greve e a Câmara Municipal entendera que as coisas não seriam daquela forma, por essa razão procuraram negociar. O sindicato mantivera as suas posições e o executivo entendera recorrer à entidade competente e independente para decidir. Decisão tomada pela respetiva entidade, foi aquela que o senhor Vereador referira e não seria apenas o facto de serem vinte e dois bombeiros.

Informou a senhora vereadora que da parte do executivo não havia nem poderia haver nenhum corte de relações, sobretudo com organizações representativas dos trabalhadores. Poderiam levar mais tempo, poderiam ter posições mais extremadas em determinada altura, mas era importante que se aproximassem e que tomassem as decisões. No entanto, o executivo tinha a obrigação e a responsabilidade de gerir todos os trabalhadores da Câmara Municipal, porque o interesse público seria fundamental, não colocando em causa as diferentes opiniões.

Solicitou à senhora Vice-Presidente para que pudesse esclarecer aquele processo, para que não houvesse dúvidas sobre a continuidade do diálogo e do caminho para encontrar soluções.

**Sra. Vice-Presidente** – Relativamente às questões que o senhor Vereador colocou, informou que a Câmara Municipal recebera uma proposta de ACEP, tendo realizado três reuniões com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, apresentando uma análise, ponto a ponto, daquilo que seriam as questões colocadas pelos bombeiros e informando a razão de não poder aceder às propostas que foram realizadas. Tal como já tinha referido, havia três matérias das quais consideravam que estariam feridas de legalidade, as quais nunca poderiam aceitar. Existia outra matéria que não tinha muito paralelismo com aquilo que costumavam ser os bombeiros, sendo mais aplicada às forças de segurança e que estaria relacionado com os gratificados. Em relação aos gratificados estariam naquela altura em discussão e em relação às outras três matérias que consideravam, pelos pareceres jurídicos que tinham não poderiam aceitar, informaram de imediato que as mesmas não poderiam ser aceites. Naquela reunião tinha sido lavrado uma ata, onde constava que o sindicato abandonou a mesa das negociações.

Disse que o senhor Vereador tinha conhecimento, no entanto, iria repetir para que não houvesse dúvidas, tinham mais dois ACEP negociados com outros dois sindicatos, sendo que um deles era o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais e nenhum desses sindicatos solicitou novas negociações para a revisão dos ACEP. Não fazia sentido, porque existia um sindicato que desejava fazer um ACEP, com toda a legitimidade para os seus associados, chamarem os outros sindicatos e obrigá-los a rever o ACEP que acordaram, sendo que a alteração teria de partir da vontade dos sindicatos, porque da parte da Câmara Municipal estavam satisfeitos com os ACEP que tinham com as outras estruturas sindicais.

Aquilo que tinha sido comunicado à respetiva organização sindical, no sentido de gerirem a Câmara Municipal, nunca poderiam ter como instrumento de gestão ACEP que fossem radicalmente diferentes. Por essa razão, propuseram uma aproximação aos ACEP já existentes, pelo que o sindicato recusara, dizendo que não seria apelativo para os seus sócios, tendo para o efeito criado outra ACEP em sessão sindical. Havia várias questões que não deveriam ser dissociadas daquele processo.

Disse que o executivo estaria disponível para a conciliação, se aquele fosse o caminho entendido pelo sindicato e para explicar dos argumentos que os levaram a não aceitar certas cláusulas. Aqueles argumentos já tinham sido explicados ao sindicato, a razão por que não poderia ser e o sindicato não apresentara nenhuma outra proposta. O ponto de rutura

relativamente ao sindicato estaria relacionado com uma matéria que não era do âmbito da negociação do ACEP, que seria a definição do número de efetivos de cada turno.

Referiu que o senhor Vereador parecia que tinha colocado o problema da negociação do ACEP com os objetivos da greve, mas da leitura do pré-aviso de greve, não surgiu uma única vez a questão do ACEP. A única coisa que lhes poderia levar a pensar qualquer coisa, que poderia ser tudo e poderia não ser nada, seria o protesto contra a falta de diálogo da autarquia para a resolução de questões prementes. Da parte da Câmara Municipal não havia recusa de diálogo. Se o sindicato entendesse novamente solicitar que recomeçassem as negociações, quer com aquele documento, quer por outras propostas, a Câmara Municipal iniciaria a reunião. O senhor Presidente fez um despacho a mandar-lhe para estar presente nas negociações, o que seria o seu papel. Caso houvesse vontade do sindicato, certamente que reiniciariam as negociações. Existiam outras questões que apareciam no pré-aviso de greve, mas nunca era referido a questão do ACEP. Uma vez que o ACEP foi tão falado, poderia ter sido um dos motivos apresentados pelo sindicato para a convocação da greve, mas não foi e não poderia ser, porque a falta de diálogo em relação ao ACEP nunca existira. Uma vez que foram cumpridas todas as reuniões, foram feitos todos os procedimentos que deviam ter sido feitos e o sindicato saberia que aquela questão não se colocaria.

Disse que teve na reunião de câmara uma sensação de “*déjà vu*” pela parte do discurso do senhor Vereador Fernando José relativamente à última reunião, onde esteve com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores na DGAEP, porque o discurso era praticamente igual.

**Sr. Vereador Fernando José** – Questionou a senhora Vice-Presidente em que termos o discurso seria praticamente igual.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José que seria em termos partidários. Aquilo que o senhor Vereador tinha dito teria sido tal e qual aquilo que o sindicato dissera. Até tinha feito questão que ficasse registado na ata da DGAEP, que as motivações do sindicato também tinham sido partidárias.

Intervenção inaudível

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que da sua parte existiu um “*déjà vu*”. Terá sido a única coisa que disse, sendo que cada um tiraria as ilações que entendesse.

Informou que aquele orçamento valorizava os Bombeiros Sapadores, tanto no mapa de pessoal como no orçamento de pessoal estariam previstos a criação de lugares de carreiras superiores para que se pudessem fazer promoções. Era um valor considerável e estariam a falar entre 30 a 40 lugares das diferentes carreiras, dando oportunidade a que os bombeiros pudessem prosseguir naquilo que seriam as suas carreiras, facto que tinha estado impedido durante muitos anos e que criou graves problemas à Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, quando as progressões e as promoções foram congeladas pela lei.

Tratava-se de um esforço muito grande de reforço no orçamento de pessoal, para que aqueles trabalhadores, a par dos outros também, fossem valorizados.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que registou que a questão relativa aos 56 milhões de euros inscritos em “*Outras Receitas Correntes*” e “*Outras Receitas de Capital*”, não foi convenientemente esclarecido, pelo que mantinham opacidade de 30% sobre a receita que constava no orçamento. Disse que gostaria que o senhor Presidente pudesse prestar algum esclarecimento sobre as receitas que iriam entrar no pacote das “*Outras Receitas*”, onde tudo caberia, mas olhando para a execução pouco entraria.

Informou o senhor Presidente, apesar de ser uma discussão sobre o orçamento, acabaram por falar mais sobre os bombeiros e de relações laborais, do que propriamente sobre o orçamento.

No entanto, não poderia deixar de registar que o senhor Presidente fez uma leitura criativa daquilo que foi a proposta do Partido Socialista, a qual ia no sentido de a Companhia de

Bombeiros Sapadores de Setúbal poder voltar ao destacamento de Azeitão, em articulação e em estreita colaboração com os Bombeiros Voluntários. O senhor Presidente numa leitura criativa colocou na intervenção dos vereadores do Partido Socialista palavras que não foram proferidas, no entanto, assumiria certamente a responsabilidade sobre aquilo que foi a intervenção do senhor Presidente, quando colocara em causa o socorro da população. Foi da intervenção do senhor Presidente que resultara numa profunda desconsideração pela ação, competência e capacidade da Associação de Bombeiros Voluntários. O senhor Presidente, na sua intervenção, parecia querer dizer que não haveria a competência ou capacidade suficiente, o facto de quererem que os Bombeiros a Sapadores regressassem a Azeitão em parceria e colaboração com os Bombeiros Voluntários, pondo em causa aquilo que seria a competência da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

Referiu que a senhora Vice-Presidente mencionou que aquele orçamento valorizava os Bombeiros Sapadores, pelo que recordara aquilo que foi o valor orçamentado em 2010 para a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, mais de 3 milhões e 900 mil euros, um valor superior àquilo que foi o orçamento do ano anterior e inferior em apenas 354 mil euros, no que seria para o orçamento de 2023. Aquilo que foi a valorização e investimento ao longo dos anos, ficaria expresso pela comparação, com o que foram os orçamentos de outros anos.

Focando no que seria o tema em debate, o orçamento, disse que a Câmara Municipal de Setúbal conseguiu finalmente, mas já o poderia ter feito se tivesse agido com maior celeridade, cobrar uma parte da dívida da empresa Águas do Sado de 12 milhões e 500 mil euros. Usando o argumento do senhor Presidente, referiu que a Administração Central injetou 1 milhão de euros na Câmara Municipal de Setúbal, tendo no total de 13 milhões e 500 mil euros de receita adicional, sendo que 10 milhões de euros seriam alocados ao pagamento de dívida, sobrando 3 milhões e 500 mil euros.

Tendo em consideração que recentemente a CDU e o PSD reverteram a redução do IMI da participação variável do IRS, naquilo que seria um aumento objetivo de 2,1 milhões de euros sobre a carga fiscal aplicada aos setubalenses e azeitonenses, questionou o senhor Presidente sobre o destino expectável para os 3 milhões e 500 mil euros que ficaram a pairar e sobre o qual ainda nada sabiam.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que se aplicaria a expressão “*ser preso por ter cão ou por não ter*”. Disse que foram criticados por dizer que colocariam 9 ou 10 milhões de euros na economia e depois seriam criticados por ficar com 4 milhões de euros sem lhes ter dado destino imediato. Na realidade, pretendiam fazer as coisas com ponderação.

Disse que estariam sempre disponíveis para libertar pressão financeira nos impostos, nas melhores condições da atividade económica no concelho de Setúbal. Mas havia uma coisa que seria primeira, sendo fundamental a responsabilidade de gerir a autarquia, por essa razão teriam sempre de ponderar. Quando decidiram que os 9 milhões de euros entravam e que haveria condições para reduzir a dívida praticamente a 50%, seria necessário dizer que para além daqueles 9 milhões de euros e com mais um 1 de euros ultrapassaria os 50% da dívida, quando se falava de uma dívida de 20 milhões de euros, com mais de 90 dias, além disso, estariam a fazer acordos de pagamento de mais de 10 milhões de euros. Tudo aquilo era do conhecimento do senhor Vereador Joel Marques, mas haveria quem não soubesse.

Disse que teriam de ser ponderados na forma como faziam e tomavam decisões, para gerir os meios da Câmara Municipal da melhor forma, no sentido da qualificação do território. Verificaram que o investimento que tinha sido feito na qualificação do território gerou atratividade no investimento. Para conhecimento daquela realidade, disse que promoveu recentemente uma reunião com os investidores imobiliários, para lhes dar conta dos investimentos, dos que já tinham sido anunciados e outros que ainda não foram anunciados, que AICEP, a SAPEC e APSS embora não tivessem divulgado os nomes dos investidores nas negociações que decorreram, para que determinados investimentos viessem para Setúbal. Aquilo significaria que o executivo teria de tomar uma iniciativa.



A Câmara Municipal tinha 500 fogos que o urbanismo tinha condições de emitir a licença no dia seguinte, no entanto, os promotores não levantavam licença, para além de mais 1 milhão de fogos de processos que estariam a decorrer no urbanismo. Certamente que os investimentos traziam pessoas para trabalhar e uma boa parte deles seriam quadros superiores, eventualmente alguns estrangeiros, pelo que pretendiam que os mesmos se fixassem no concelho de Setúbal, razão pela qual tiveram a necessidade de tomar a iniciativa de chamar os investidores imobiliários e pedindo a ajuda da AICEP, SAPEC e APSS para que falassem daquele tipo de preocupação que seria comum. Na referida reunião, o diretor do Parque Industrial, disse haver investidores que já se “digladiavam” para poderem ter mais espaço no Parque Industrial da SAPEC para os seus investimentos. Aquilo que inicialmente procuraram negociar, consideravam que seria pouco espaçoso para desenvolver as suas atividades. Alguns anos atrás, a Sapec fez pressão à Câmara Municipal no sentido de reduzirem as taxas urbanísticas no Parque Industrial da Sapec, porque a Sapec não vendia lotes e encontrava-se numa situação difícil e a Câmara ainda hoje praticava 50% de desconto nas taxas urbanísticas para o Parque Industrial da Sapec. Tratava-se de medidas que não seriam muito divulgadas, mas seriam fundamentais para a atratividade do investimento.

Disse que o senhor Vereador também esteve presente na apresentação do projeto da marina de Setúbal, em que o senhor Presidente da APSS ter-lhe-á dito que nunca viu tantos investidores a dirigirem-se à APSS, para se instalarem em Setúbal. Naquela altura, comentaram que Setúbal estaria na moda.

Quando referia que o executivo investiu na qualificação do território e que isso teve resultados extremamente positivos para o investimento, para a criação de emprego e para a criação de riqueza, seria uma missão para um projeto fundamental no investimento, na orientação das preocupações e na orientação dos recursos financeiros.

Para além da qualificação do território existia a criação das melhores condições para garantir a qualidade de vida de quem escolheu Setúbal e Azeitão para viver. Aquele seria outro projeto fundamental na estratégia do executivo municipal, a qual fizeram. Certamente que haveria quem criticasse as medidas que tomavam, haveria quem não concordasse, mas seria normal, na realidade e de uma maneira geral, verificavam que Setúbal era um território atrativo. Os resultados do INE foram bem expressivos relativamente à procura e à fixação de novos casais em Setúbal. Tudo aquilo seria demonstrativo que a política seguida era adequada aos objetivos que tinham e seriam fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do território.

Disse que seriam linhas condutoras que não seriam atuais, eram orientações que tinham e por essa razão quando tinham alguma margem de manobra do ponto de vista financeiro, teriam de ser ponderados para as decisões terem consequências no projeto de desenvolvimento harmonioso de Setúbal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o senhor Presidente referiu que a dívida acumulada a fornecedores seria na ordem dos vinte milhões de euros, na prestação de contas de 2021, que foi analisada em abril no ano corrente, onde estaria refletido aquele valor, mais cerca de dois milhões em “*factoring*”. Uma dívida que, no total, rondaria os vinte dois milhões de euros, sendo uma dívida com mais de noventa dias, mas também seria importante que tivesse referido que seria uma dívida com menos de vinte e um anos.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que a sua intervenção fazia-lhe lembrar a intervenção do senhor Vereador Fernando José, quando referira que foi o Partido Socialista que construiu o pavilhão e as piscinas, no entanto, deixaram a dívida que todos conheciam. Por ali não iriam longe, ao longo daqueles vinte anos, conforme estava expresso, estiveram a pagar bem caro a dívida. Estavam referenciados mais de três milhões de euros para 2003 para continuar a amortizar a dívida. Os senhores Vereadores do Partido Socialista esqueceram-se da dívida acumulada e a dívida do investimento feita pela Câmara Municipal, tendo sempre projetos em primeira linha para quando existiam fundos comunitários.

O senhor Vereador poderia verificar existirem pelo menos dezoito municípios na Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal continuava no primeiro lugar em termos da capacidade de captação de fundos comunitários. Caso o senhor Vereador não soubesse, deveria tomar nota.

Intervenção inaudível

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador que o executivo CDU não pretendia andar para trás, na realidade pretendia andar para a frente, no entanto, se o senhor Vereador precisasse de uma ajuda também lhe daria.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Referiu que normalmente a culpa da dívida era do Passos Coelho, da Troika ou do PSD.

Referiu que a culpa da dívida do Município não seria do PSD, seria da responsabilidade da CDU e do Partido Socialista.

Informou o senhor Vereador Joel Marques, tal como já tinham dito várias vezes em reunião de câmara, o PSD apresentou as medidas de apoio às famílias e às empresas, por considerarem que o momento que se vivia se iria agravar, exceto se o Partido Socialista continuasse a ignorar a situação que estaria a viver.

Naquele dia saiu uma notícia de aumento das taxas de juro, significaria que o ano de 2023 seria um ano particularmente difícil e o PSD não deixaria de apresentar, na medida do perímetro daquele orçamento, novas medidas para atenuar a crise que assolava e iria assolar no concelho e no país, quando se justificasse.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O voto do PSD neste orçamento foi tomado no pressuposto que o mesmo vai permitir acorrer a um conjunto de necessidades das famílias setubalenses, que embora apresentámos, uma vez que as medidas aplicadas a nível nacional são manifestamente insuficientes. Relembramos que as medidas de apoio às famílias e empresas propostas pelo PSD foram aprovadas por unanimidade esta Câmara Municipal de Setúbal e que as mesmas só são exequíveis com a viabilização do orçamento. Há também um conjunto de investimentos previstos em execução de projetos do PRR que não queremos colocar em causa antes, pelo contrário, queremos que se efetive uma vez que temos um problema grave no parque habitacional do concelho, que tem como resultado o encarecimento das rendas e o empobrecimento dos residentes. Como sempre o PSD assume as suas responsabilidades e, como tal não deixará de fiscalizar como lhe compete a execução deste orçamento, nem deixará na medida do perímetro deste orçamento de apresentar novas medidas para atenuar a grave crise que assola e assolará o nosso concelho e o nosso país, quando se justificar. Não deixamos de considerar que o orçamento é muito ambicioso na perspetiva da receita, que verificaremos se concretiza ou se, pelo contrário como usual na gestão CDU se manterá a necessidade de recorrerem a empréstimos, devido ao desequilíbrio entre receitas e despesas.”*

**Sr. vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista votou contra, remetendo o sentido de voto para aquilo que foi a nossa intervenção durante a discussão. Não podemos deixar de frisar aqui, aquilo que são os 30% de receita que constam do documento que foi agora aprovado e que não são de todo concretizáveis à luz daquilo que tem sido a execução orçamental de anos anteriores, à luz daquilo que é a excussão orçamental a 31 de outubro de 2022, que nos foi facultada na reunião, que tivemos ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição e que temos sérias dúvidas que venha, aliás, não vão prestar esclarecimentos sobre isso, o que em si mesmo é um esclarecimento sobre aquilo que venha a ser a execução da cobrança deste tipo de receita.”*



**9. Deliberação n.º 3937/2022 – Proposta n.º 845/2022 – DURB - Emissão de certidão com parecer favorável de constituição de compropriedade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º, da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual – Ratificação do ato**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente submeteu à votação as minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

**Sr. Presidente** – Disse que ponderaram em realizar só uma reunião de câmara no mês de dezembro, tal como acontecera no mês de agosto e em anos transatos, mas de acordo com informação dos serviços não seria aconselhável que acontecesse para o bom funcionamento da Câmara Municipal, pelo que se propunha que se realizasse uma reunião no dia 7 e outra no dia 21.

O facto de muitas propostas e muitos processos terem de ir à reunião de câmara, implicava que tivessem mais reuniões de câmara para que os mesmos não ficassem parados por muito tempo.

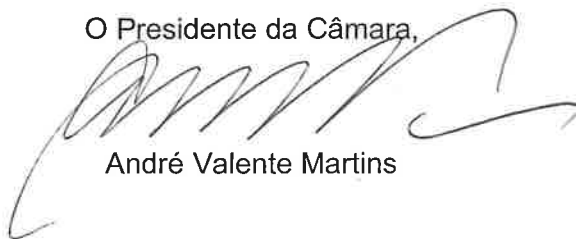
Disse que ficou de apresentar numa reunião de câmara uma proposta, no sentido de reverem a questão da delegação de competências. Ainda não teve oportunidade e certamente que haveria condições de apresentar na próxima reunião, sendo que a mesma seria distribuída antecipadamente pelos vereadores e se assim o entendessem poderiam conversar sobre o assunto. Tendo como finalidade que alguns dos processos deixassem de ir à reunião de câmara, permitindo aos serviços terem maior facilidade em desenvolver os processos e para que os cidadãos não ficassem tanto tempo à espera.

Caso os senhores Vereadores assim o entendessem, estariam disponíveis para marcar reuniões com os senhores Vereadores para que pudessem discutir sobre os artigos ou números que pudessem ser superados, permitindo desenvolver melhor alguns processos, sobretudo a componente do Urbanismo.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

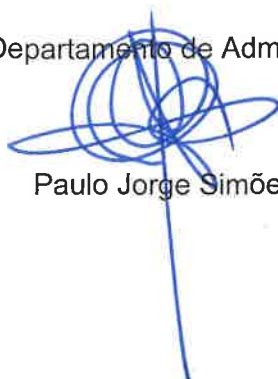
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 19 de abril de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 28 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio

